

## Editorial

Com imensa satisfação, apresentamos este editorial para o Volume 2, Ano 3 da *Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa* do Instituto Brasileiro de Atenção e Proteção Integral a Vítimas (Pró Vítima). Este volume reflete o vigor e a profundidade dos debates contemporâneos sobre os rumos da justiça e a centralidade da vítima em seus processos, temas que ganham ainda mais relevância em um momento tão significativo para o ordenamento jurídico brasileiro. Estamos, de fato, entusiasmadas com a recente notícia de que a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal (CDH) designou o **Senador Weverton Rocha** como **relator do Estatuto da Vítima (PL n. 3.890-2020)**, um marco que promete redefinir a abordagem estatal e social em relação àqueles que sofrem as consequências da violência, do crime, calamidades, desastres e epidemias. Os artigos que compõem esta edição dialogam diretamente com essa perspectiva de uma justiça mais inclusiva e atenta às necessidades humanas.

Nossas páginas se abrem com a instigante reflexão de **Gema Varona Martínez** em seu artigo “**Animalising restorative justice? At the crossroads of interspecies justice and non-violence**” (Animalizar a justiça restaurativa? Na encruzilhada da justiça interespecífica e a não-violência). De forma ousada e necessária, a autora propõe uma “animalização” da Justiça Restaurativa, buscando estender seus princípios de diálogo, reparação e reconstrução aos danos causados a animais não-humanos e ao meio ambiente. Varona nos desafia a questionar o antropocentrismo arraigado em nossas concepções de justiça e a considerar as “vítimas mais-que-humanas”, abrindo um caminho para uma vitimologia verde que reconheça a interconexão de todos os seres e exija uma profunda reflexão dos facilitadores sobre seus próprios vieses.

Na sequência, a profunda análise de **Dorothy Vaandering** em seu artigo “**Beliefs Matter: Concrete theoretical discourse for clarity of restorative justice practice**” (As Crenças Importam: Discurso teórico concreto para a clareza da prática da justiça restaurativa) nos lembra que a verdadeira essência da Justiça Restaurativa reside em um conjunto de crenças fundamentais, frequentemente ignoradas na prática ocidental. Ela enfatiza que a JR é mais do que uma técnica; é um modo de ser enraizado na convicção de que “todas as pessoas e seus ambientes são dignos e interconectados”. Essa compreensão de base é essencial para evitar que a Justiça Restaurativa seja deturpada e cooptada por sistemas que priorizam a mensuração e o controle em detrimento da verdadeira transformação.

**Fábio Wellington Ataíde Alves** nos oferece uma visão provocadora em **“Justiça Vitimocêntrica Inclusiva: o *in dubio pro victima* como alternativa em contextos de vulnerabilidade coletiva”**. Alves defende que o princípio *in dubio pro victima* deve guiar as decisões em favor da proteção da vítima em situações de incerteza, particularmente em contextos de vulnerabilidade coletiva. Ele distingue claramente essa abordagem das lógicas punitivistas, sugerindo até a criação de varas especializadas para medidas protetivas, visando assegurar a imparcialidade judicial onde a dúvida beneficia a vítima, sem interferir nos julgamentos de *ultima ratio* onde o *in dubio pro reo* prevalece.

Por sua vez, **Daniel Iachel Pasqualotto**, por sua vez, em seu artigo **“A possibilidade de tratamento isonômico entre vítima e acusado como partes na persecução penal à luz do Estatuto da Vítima (PL nº 3.890/2020) e das garantias constitucionais reservadas ao acusado”**, aprofunda o debate sobre o reposicionamento da vítima no sistema penal. O autor propõe que a Justiça Restaurativa (JR) não apenas coexista com a justiça retributiva, mas atue como um complemento humanizador, capaz de compatibilizar a legítima busca por proteção e reparação das vítimas com as garantias fundamentais do acusado. Este diálogo é crucial, especialmente ao considerarmos o futuro do PL 3.890-2020, que buscará harmonizar essas diferentes esferas.

As **“Reflexões sobre a aplicabilidade da Justiça Restaurativa em situações de violência doméstica e familiar contra a mulher”**, de **Bruna Woinorvski de Miranda**, nos convida a ponderar sobre o potencial e os desafios da Justiça Restaurativa (JR) no enfrentamento de um problema social tão complexo como a violência de gênero. A autora ressalta a capacidade da JR de desconstruir padrões de violência e empoderar as mulheres, ao mesmo tempo em que alerta para os riscos inerentes à mediação vítima-ofensor, clamando por diretrizes claras, perspectiva de gênero e aprimoramento na capacitação dos facilitadores para que a JR possa, de fato, ser uma ferramenta protetiva e transformadora.

Em um cenário onde a violência digital se intensifica, a problemática da ciberviolência contra a diversidade sexual e a revitimização institucional é aprofundada por **Nieissa Pereira** em seu artigo **“Ciberviolência contra a diversidade sexual: vitimologia, revitimização e julgamento com perspectiva de gênero”**. A autora aborda a forma como o sistema de justiça penal frequentemente revitimiza pessoas LGBTQIAPN+ que são vítimas de ciberviolência, e explora o potencial do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero para mitigar esses impactos. Pereira inicia destacando que a internet, embora ofereça inúmeras facilidades e oportunidades, também se

tornou um terreno fértil para a disseminação de ódio e intolerância, onde o aparente anonimato encoraja atitudes hostis e preconceituosas contra a comunidade LGBTQIAPN+. Ela cita dados alarmantes: 74 mil denúncias de crimes de ódio na internet no Brasil em 2022, com 28,3 mil denúncias de LGBTfobia entre 2017 e 2022. O artigo detalha as diversas manifestações da ciberviolência, desde discursos de ódio, *cyberbullying* e *cyberstalking* até a “pornografia de vingança”, *sextortion* e *doxxing*, explicando como essas condutas são profundamente enraizadas em desigualdades estruturais de gênero e sexualidade. Embora a legislação brasileira tenha avançado com leis como o Código Penal (Art. 218-C), a Lei Carolina Dieckmann e o Marco Civil da Internet, a autora aponta para lacunas significativas, como a ausência de tipificação penal específica para o *sexting* não consentido e a falta de mecanismos específicos para a *cyberLGBTfobia*. O ponto central da argumentação de Nieissa Pereira é a “revitimização institucional”, onde as vítimas LGBTQIAPN+ sofrem danos adicionais dentro do próprio sistema de justiça criminal. Isso ocorre devido à falta de preparo dos agentes públicos, à reprodução de estigmas, à deslegitimação de suas experiências e, em alguns casos, à sua culpabilização pela violência sofrida. Ela argumenta que o sistema penal, muitas vezes, reproduz as violências estruturais da sociedade. Para enfrentar essa realidade, o artigo enfatiza o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ (2021) como um instrumento vital. Embora não vinculante, o Protocolo orienta magistrados a julgar sem estereótipos, promovendo a igualdade substantiva e reconhecendo a transversalidade de preconceitos como o patriarcado e a homofobia em todas as áreas do direito. O caso do Tribunal de Justiça do Paraná, que concedeu indenização por danos morais em um caso de comentário homofóbico no Facebook, citando explicitamente o Protocolo, é apresentado como um exemplo de sua aplicação prática. Nieissa Pereira conclui que, apesar dos avanços normativos, a invisibilização e a revitimização de vítimas LGBTQIAPN+ persistem, e é urgente a implementação de políticas públicas interseccionais, a formação continuada de operadores do Direito e a criação de canais acessíveis e seguros para denúncias, para que o sistema de justiça se torne efetivamente um espaço de proteção e acolhimento.

Complementando essa discussão sobre as lacunas e desafios na legislação, **Micaele Alves dos Santos** e **Yuri Anderson Pereira Jurubeba**, em seu artigo “**Stalking: O início de um pesadelo e a necessidade do aumento de pena**”, trazem à tona uma análise crítica da Lei nº 14.132/2021, que criminalizou o crime de perseguição no Brasil. Os autores argumentam veementemente que, apesar do avanço legislativo de tipificar o *stalking* (Art. 147-A do Código Penal), a legislação ainda apresenta sérias lacunas, falhando em

assegurar a devida proteção às vítimas e em prevenir comportamentos reiterados. Eles destacam as devastadoras consequências psicológicas e físicas sofridas pelas vítimas, sublinhando a urgência de sanções mais rigorosas e uma aplicação mais eficaz da lei. O artigo contextualiza o *stalking* como uma preocupação global, ilustrando com casos notórios como os de Rebecca Schaeffer, Shiori Ino e, no Brasil, Ana Hickmann, que revelam a vulnerabilidade de figuras públicas e, principalmente, de mulheres — que representam a maioria esmagadora das vítimas, com um alarmante aumento de 34,5% nos casos registrados em 2023. Santos e Jurubeba detalham as diferentes tipologias de *stalkers*, desde o “pretendente incompetente” ao “predador”, com especial atenção ao “rejeitado”, classificado como o mais perigoso e persistente. A fragilidade da legislação atual é evidenciada pela hesitação das vítimas em denunciar, por medo de retaliação, e pela frequência com que os *stalkers* se beneficiam de penas brandas ou acordos judiciais, uma vez que o crime é muitas vezes tratado como de “menor potencial ofensivo”. Esse cenário gera uma sensação de impunidade que, segundo os autores, pode ser compreendida através da analogia da “Teoria das Janelas Quebradas”, onde a falta de resposta efetiva a pequenas infrações pode encorajar crimes mais graves. A ineficácia das medidas protetivas, que são raramente aplicadas de forma efetiva fora do contexto da Lei Maria da Penha, é outro ponto crucial. O artigo conclui que, embora a criminalização do *stalking* tenha sido um passo importante, é fundamental que as penas sejam significativamente mais severas para refletir o impacto real do crime e que haja um maior investimento em políticas de segurança pública, na prevenção da reincidência e na aplicação de exames criminológicos para *stalkers*, muitos dos quais apresentam transtornos psicológicos que exigem tratamento e não apenas punição.

A relevância da cultura e dos saberes tradicionais na concepção de sistemas de justiça é o cerne do artigo **“Justiça Restaurativa e Povos Indígenas: saberes tradicionais como caminhos para um pluralismo jurídico efetivo”**, de **Paulina de Oliveira Santos**. A autora tece uma análise profunda sobre como as antigas tradições jurídicas indígenas, focadas na reparação do dano e na promoção da harmonia social, serviram de inspiração fundamental para a moderna Justiça Restaurativa (JR). Santos destaca a ironia de que, embora os povos indígenas sejam historicamente super-representados nos sistemas carcerários ocidentais e frequentemente sintam a justiça estatal como “estranha” e “inacessível”, são suas práticas ancestrais que oferecem um modelo mais humanizado e eficaz para a pacificação social. A discussão abrange exemplos notáveis do Canadá, como a decisão da Suprema Corte no caso *R. v. Gladue* (1999), que exigiu um tratamento especial para os autóctones na determinação da pena, e os amplamente utilizados Círculos de

Sentença e Círculos de Cura. No Brasil, a autora aponta para o reconhecimento constitucional das tradições indígenas (CF/88, Art. 231) e iniciativas como a “Justiça Restaurativa Indígena”, que busca harmonizar os sistemas de justiça estatal e indígena, como o projeto piloto de Amambai/MS, que prioriza o envolvimento de facilitadores e profissionais indígenas. A Resolução nº 287/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é mencionada como um marco importante no reconhecimento dos mecanismos próprios das comunidades indígenas para a resolução de conflitos. Contudo, Paulina de Oliveira Santos não se esquivava de abordar os significativos desafios que permeiam essa interseção, como a persistência de valores coloniais, a resistência judicial, a falta de compreensão cultural e o risco de cooptação da JR pelo sistema formal, que poderia desvirtuar seu potencial transformador. Apesar desses obstáculos, a autora vislumbra vastas oportunidades, como o “suleamento” da Justiça Restaurativa, que implica em valorizar e integrar os saberes dos povos marginalizados, construindo um conhecimento mais simétrico e respeitoso. O artigo conclui que a JR, ao reconhecer a jusdiversidade e a interculturalidade, oferece um caminho crucial para repensar o crime e a justiça, contribuindo para a construção de sociedades mais equitativas e harmoniosas, especialmente para os povos indígenas, que, por séculos, têm ensinado o valor do respeito mútuo e da convivência.

Aprofundando-se na reflexão sobre o próprio conceito de delito, o artigo **“Conceito de crime e a preocupação com a estigmatização no âmbito dos estudos sobre justiça restaurativa”**, de **Caio César Andrade de Almeida, Daniela Carvalho Almeida da Costa e Felipe Monteiro Batista Simões**, oferece uma crítica incisiva à manutenção do termo “crime” e à distinção rígida entre o direito civil e o penal no contexto da Justiça Restaurativa. Almeida argumenta, de forma persuasiva, que a adesão a essa terminologia tradicional e a essa dicotomia legal podem inadvertidamente perpetuar a estigmatização, um dos problemas centrais que a Justiça Restaurativa (JR) busca superar. O autor nos lembra que a JR, em sua essência transformadora, visa devolver o protagonismo do conflito às partes envolvidas, priorizando a não-estigmatização, a reparação dos danos e a construção dialógica de soluções. Nesse sentido, Almeida estabelece um diálogo com as teorias críticas da Criminologia, citando autores como Vera Malaguti Batista e Alessandro Baratta, que desvelam o “crime” como um construto social e político, longe de ser uma realidade ontológica. Ele ressalta que essa construção está intrinsecamente ligada à propriedade privada e serve como um mecanismo de controle social. Curiosamente, o artigo aponta uma aparente contradição no pensamento de Howard Zehr, um dos expoentes da JR, que, apesar de reconhecer o caráter estigmatizante do sistema penal e concordar com muitas

das críticas da Criminologia Crítica, ainda defende a coexistência da justiça restaurativa com alguma forma de justiça criminal tradicional, especialmente para casos considerados “hediondos”. Zehr justifica sua posição invocando a necessidade de preservar qualidades como o Estado de Direito e a imparcialidade processual. Contudo, Almeida, ao se aprofundar na proposta abolicionista de Louk Hulsman, que sugere a substituição do termo “crime” por “situações problemáticas” para evitar a alienação e a rotulação, reforça que os problemas decorrentes da manutenção de uma linguagem estigmatizante superam em muito as preocupações com a suposta “minimização do dano” que Hulsman’s terminologia poderia acarretar. A argumentação central de Almeida, portanto, é que a persistência em utilizar a palavra “crime” e em manter uma separação estanque entre conflitos cíveis e penais, quando a dinâmica dos círculos restaurativos é essencialmente a mesma para ambos, serve apenas para fortalecer os obstáculos iniciais ao diálogo e à participação ativa nos processos restaurativos, dificultando o sucesso na construção de soluções pacíficas. Ele conclui que as críticas ao abandono do termo “crime” são significativamente menos relevantes do que os problemas gerados pela continuidade de uma estrutura e linguagem que estigmatizam, e que a JR deve, acima de tudo, iniciar sua transformação a partir da linguagem.

Por fim, o artigo **“Violência obstétrica: em busca de uma legislação específica no ordenamento jurídico brasileiro”**, escrito por **Camilly Gonçalves Santana Santos, Jandira Dantas dos Santos, Rina Nunes do Rosário Fonseca e Andrei Brettas Grunwald**, traz uma discussão crucial sobre a necessidade de uma lei específica para combater a violência obstétrica no Brasil. Os autores destacam que, embora o tema da violência contra a mulher seja amplamente debatido, a violência obstétrica, apesar de alarmante, ainda é subnotificada e carece de um tratamento legislativo próprio. O estudo revela dados preocupantes, como a pesquisa “Nascer no Brasil” da Fiocruz, que aponta que entre 30% e 45% das mulheres atendidas em hospitais no Brasil já sofreram violência obstétrica. A definição apresentada pelos autores é clara: trata-se de qualquer prática, intencional ou por negligência, que apropria o corpo da gestante por profissionais de saúde, resultando em procedimentos desumanos, perda de autonomia e danos físicos, mentais e emocionais. Essa violência se manifesta de diversas formas, incluindo abusos verbais, restrição do acompanhante, procedimentos não consentidos, violação de privacidade, recusa de analgesia, e até mesmo agressão física e humilhações, como exemplificado pelos casos de Keila Conceição e Liliane Ribeiro, que tiveram grande repercussão midiática. Os autores ressaltam que tais condutas violam diretamente direitos constitucionais fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a integridade física e psicológica, a saúde e a liberdade.

A grande lacuna no ordenamento jurídico brasileiro é a ausência de uma lei específica para a violência obstétrica. Atualmente, os casos são tratados por meio de disposições gerais do Código Penal (injúria, maus-tratos, estupro, violência psicológica) e do Código Civil (danos morais), além de normas e diretrizes genéricas sobre parto humanizado, como a Lei nº 11.108/2005, que garante o direito a acompanhante. Contudo, essa abordagem fragmentada se mostra insuficiente. A jurisprudência, embora crescente e cada vez mais sensível ao tema, reconhecendo o sofrimento físico e os traumas psicológicos e concedendo indenizações por danos morais e estéticos, ainda opera com base em interpretações de leis que não foram criadas especificamente para essa forma de violência. Os autores apontam que o Projeto de Lei nº 422/23, que visa incluir a violência obstétrica na Lei Maria da Penha, representa um avanço promissor, ao prever a definição do crime, políticas públicas, humanização do parto e sanções. A conclusão enfática do artigo é que a criação de uma legislação específica é de suma importância para que as gestantes se sintam mais seguras, para que os profissionais de saúde sejam devidamente responsabilizados pelos danos causados, e para promover um ambiente de parto mais humanizado e respeitoso, garantindo a dignidade e a voz das mulheres em um dos momentos mais importantes de suas vidas.

Estes artigos, em sua diversidade e complementaridade, ilustram o caminho que a justiça contemporânea precisa percorrer: um caminho de ampliação, humanização e reconhecimento das múltiplas formas de vitimização. O diálogo que emerge destas páginas é um convite à reflexão e à ação, reforçando o compromisso do Pró Vítima com a construção de um sistema de justiça mais justo, equitativo e, acima de tudo, restaurador para todos.

**Celeste Leite dos Santos**  
**Marilene Araújo**  
**Vanessa Teresinha de Souza Almeida**  
*Editoras Chefes*

## Editorial

It is with immense satisfaction that we present this editorial for Volume 2, Year 3 of the International Journal of Victimology and Restorative Justice of the Brazilian Institute for Comprehensive Victim Care and Protection (Pró Vítima). This volume reflects the vigor and depth of contemporary debates on the direction of justice and the centrality of the victim in its processes, themes that gain even more relevance at such a significant moment for the Brazilian legal system. We are, in fact, enthusiastic about the recent news that the Human Rights and Legislative Participation Committee of the Federal Senate (CDH) has appointed Senator Weverton Rocha as rapporteur for the Victim's Statute (PL n. 3.890-2020), a landmark that promises to redefine the state and social approach to those who suffer the consequences of violence, crime, calamities, disasters, and epidemics. The articles that comprise this edition directly engage with this perspective of a more inclusive justice system attentive to human needs.

Our pages open with the instigating reflection by Gema Varona Martínez in her article “Animalising restorative justice? At the crossroads of interspecies justice and non-violence.” In a bold and necessary manner, the author proposes an “animalization” of Restorative Justice, seeking to extend its principles of dialogue, reparation, and reconstruction to damages caused to non-human animals and the environment. Varona challenges us to question the anthropocentrism entrenched in our conceptions of justice and to consider “more-than-human victims,” paving the way for a green victimology that recognizes the interconnection of all beings and demands a profound reflection from facilitators on their own biases.

Following this, Dorothy Vaandering's profound analysis in her article “Beliefs Matter: Concrete theoretical discourse for clarity of restorative justice practice” reminds us that the true essence of Restorative Justice lies in a set of fundamental beliefs, often ignored in Western practice. She emphasizes that RJ is more than a technique; it is a way of being rooted in the conviction that “all people and their environments are worthy and interconnected.” This foundational understanding is essential to prevent Restorative Justice from being distorted and co-opted by systems that prioritize measurement and control over true transformation.

Fábio Wellington Ataíde Alves offers a provocative insight in “Inclusive Victim-Centered Justice: *in dubio pro victima* as an alternative in contexts of collective vulnerability.” Alves argues that the *in dubio pro victima* principle

should guide decisions in favor of victim protection in situations of uncertainty, particularly in contexts of collective vulnerability. He clearly distinguishes this approach from punitive logics, even suggesting the creation of specialized courts for protective measures, aiming to ensure judicial impartiality where doubt benefits the victim, without interfering with *ultima ratio* judgments where *in dubio pro reo* prevails.

Daniel Iachel Pasqualotto, in turn, in his article “The possibility of equal treatment between victim and accused as parties in criminal prosecution in light of the Victim’s Statute (PL nº 3.890/2020) and the constitutional guarantees reserved for the accused,” deepens the debate on repositioning the victim within the criminal system. The author proposes that Restorative Justice (RJ) not only coexists with retributive justice but acts as a humanizing complement, capable of reconciling the legitimate pursuit of protection and reparation for victims with the fundamental guarantees of the accused. This dialogue is crucial, especially when considering the future of PL 3.890-2020, which will seek to harmonize these different spheres.

Bruna Woinorvski de Miranda’s “Reflections on the applicability of Restorative Justice in situations of domestic and family violence against women” invites us to ponder the potential and challenges of Restorative Justice (RJ) in addressing such a complex social problem as gender violence. The author highlights RJ’s capacity to deconstruct patterns of violence and empower women, while also warning of the inherent risks of victim-offender mediation, calling for clear guidelines, a gender perspective, and improved training for facilitators so that RJ can, in fact, be a protective and transformative tool.

In a scenario where digital violence intensifies, the problem of cyberviolence against sexual diversity and institutional revictimization is thoroughly explored by Nieissa Pereira in her article “Cyberviolence against sexual diversity: victimology, revictimization, and judgment from a gender perspective.” The author addresses how the criminal justice system frequently revictimizes LGBTQIAPN+ individuals who are victims of cyberviolence, and explores the potential of the Judgment Protocol with a Gender Perspective to mitigate these impacts. Pereira begins by highlighting that the internet, while offering countless facilities and opportunities, has also become a fertile ground for the dissemination of hatred and intolerance, where apparent anonymity encourages hostile and prejudiced attitudes against the LGBTQIAPN+ community. She cites alarming data: 74,000 complaints of hate crimes on the internet in Brazil in 2022, with 28,300 complaints of LGBTphobia between 2017 and 2022. The article details the various manifes

tations of cyberviolence, from hate speech, cyberbullying, and cyberstalking to “revenge pornography,” sextortion, and doxxing, explaining how these behaviors are deeply rooted in structural inequalities of gender and sexuality. Although Brazilian legislation has advanced with laws such as the Penal Code (Art. 218-C), the Carolina Dieckmann Law, and the Internet Civil Framework, the author points to significant gaps, such as the absence of specific criminal typification for non-consensual sexting and the lack of specific mechanisms for cyberLGBTphobia. Nieissa Pereira’s central argument is “institutional revictimization,” where LGBTQIAPN+ victims suffer additional harm within the criminal justice system itself. This occurs due to the lack of preparation of public agents, the reproduction of stigmas, the delegitimization of their experiences, and, in some cases, their blaming for the violence suffered. She argues that the criminal system often reproduces the structural violence of society. To address this reality, the article emphasizes the CNJ’s (2021) Judgment Protocol with a Gender Perspective as a vital instrument. Although non-binding, the Protocol guides magistrates to judge without stereotypes, promoting substantive equality and recognizing the transversal nature of prejudices such as patriarchy and homophobia in all areas of law. The case of the Paraná State Court of Justice, which granted moral damages compensation in a case of homophobic commentary on Facebook, explicitly citing the Protocol, is presented as an example of its practical application. Nieissa Pereira concludes that, despite normative advances, the invisibilization and revictimization of LGBTQIAPN+ victims persist, and there is an urgent need for the implementation of intersectional public policies, continuous training for legal professionals, and the creation of accessible and safe channels for complaints, so that the justice system effectively becomes a space of protection and welcome.

Complementing this discussion on legislative gaps and challenges, Micaele Alves dos Santos and Yuri Anderson Pereira Jurubeba, in their article “Stalking: The beginning of a nightmare and the need for increased penalty,” bring to light a critical analysis of Law No. 14.132/2021, which criminalized the crime of stalking in Brazil. The authors strongly argue that, despite the legislative advance of typifying stalking (Art. 147-A of the Penal Code), the legislation still presents serious gaps, failing to ensure proper protection for victims and to prevent reiterated behaviors. They highlight the devastating psychological and physical consequences suffered by victims, underscoring the urgency of harsher penalties and more effective law enforcement. The article contextualizes stalking as a global concern, illustrating with notorious cases such as those of Rebecca Schaeffer, Shiori Ino, and, in Brazil, Ana Hickmann, which reveal the vulnerability of public figures and, primarily, wom-

en — who represent the overwhelming majority of victims, with an alarming 34.5% increase in registered cases in 2023. Santos and Jurubeba detail the different typologies of stalkers, from the “incompetent suitor” to the “predator,” with special attention to the “rejected,” classified as the most dangerous and persistent. The fragility of current legislation is evidenced by victims’ hesitation to report, out of fear of retaliation, and by the frequency with which stalkers benefit from lenient penalties or judicial agreements, as the crime is often treated as having “low offensive potential.” This scenario creates a sense of impunity that, according to the authors, can be understood through the analogy of the “Broken Windows Theory,” where the lack of effective response to minor infractions can encourage more serious crimes. The ineffectiveness of protective measures, which are rarely effectively applied outside the context of the Maria da Penha Law, is another crucial point. The article concludes that, although the criminalization of stalking was an important step, it is fundamental that penalties be significantly more severe to reflect the real impact of the crime and that there be greater investment in public security policies, in preventing recidivism, and in applying criminological examinations for stalkers, many of whom exhibit psychological disorders that require treatment and not just punishment.

The relevance of culture and traditional knowledge in the conception of justice systems is at the core of the article “Restorative Justice and Indigenous Peoples: traditional knowledge as pathways to effective legal pluralism,” by Paulina de Oliveira Santos. The author provides a profound analysis of how ancient indigenous legal traditions, focused on damage reparation and the promotion of social harmony, served as a fundamental inspiration for modern Restorative Justice (RJ). Santos highlights the irony that, although indigenous peoples are historically overrepresented in Western carceral systems and often perceive state justice as “strange” and “inaccessible,” it is their ancestral practices that offer a more humanized and effective model for social pacification. The discussion covers notable examples from Canada, such as the Supreme Court’s decision in the *R. v. Gladue* case (1999), which required special treatment for Indigenous people in sentencing, and the widely used Sentencing Circles and Healing Circles. In Brazil, the author points to the constitutional recognition of indigenous traditions (CF/88, Art. 231) and initiatives such as “Indigenous Restorative Justice,” which seeks to harmonize state and indigenous justice systems, as exemplified by the pilot project in Amambai/MS, which prioritizes the involvement of indigenous facilitators and professionals. Resolution No. 287/2019 of the National Council of Justice (CNJ) is mentioned as an important milestone in recognizing indigenous communities’ own mechanisms for conflict resolution. However,

Paulina de Oliveira Santos does not shy away from addressing the significant challenges that permeate this intersection, such as the persistence of colonial values, judicial resistance, a lack of cultural understanding, and the risk of RJ's co-optation by the formal system, which could distort its transformative potential. Despite these obstacles, the author envisions vast opportunities, such as the "southernization" of Restorative Justice, which implies valuing and integrating the knowledge of marginalized peoples, building a more symmetrical and respectful body of knowledge. The article concludes that RJ, by recognizing jusdiversity and interculturality, offers a crucial path to rethink crime and justice, contributing to the construction of more equitable and harmonious societies, especially for indigenous peoples, who for centuries have taught the value of mutual respect and coexistence.

Deepening the reflection on the very concept of crime, the article "Concept of crime and the concern with stigmatization in the context of restorative justice studies," by Caio César Andrade de Almeida, Daniela Carvalho Almeida da Costa e Felipe Monteiro Batista Simões, offers a incisive critique of the maintenance of the term "crime" and the rigid distinction between civil and criminal law in the context of Restorative Justice. Almeida argues, persuasively, that adherence to this traditional terminology and this legal dichotomy can inadvertently perpetuate stigmatization, one of the central problems that Restorative Justice (RJ) seeks to overcome. The author reminds us that RJ, in its transformative essence, aims to restore the protagonism of the conflict to the parties involved, prioritizing non-stigmatization, reparation of damages, and the dialogical construction of solutions. In this sense, Almeida establishes a dialogue with critical Criminology theories, citing authors such as Vera Malaguti Batista and Alessandro Baratta, who unveil "crime" as a social and political construct, far from being an ontological reality. He emphasizes that this construction is intrinsically linked to private property and serves as a mechanism of social control. Curiously, the article points out an apparent contradiction in the thought of Howard Zehr, one of RJ's exponents, who, despite recognizing the stigmatizing nature of the penal system and agreeing with many of the criticisms of Critical Criminology, still defends the coexistence of restorative justice with some form of traditional criminal justice, especially for cases considered "heinous." Zehr justifies his position by invoking the need to preserve qualities such as the Rule of Law and procedural impartiality. However, Almeida, by delving into Louk Hulsman's abolitionist proposal, which suggests replacing the term "crime" with "problematic situations" to avoid alienation and labeling, reinforces that the problems arising from maintaining stigmatizing language far outweigh concerns about the supposed "minimization of harm" that Hulsman's

terminology might entail. Almeida's central argument, therefore, is that the persistence in using the word "crime" and in maintaining a watertight separation between civil and criminal conflicts, when the dynamic of restorative circles is essentially the same for both, only serves to strengthen the initial obstacles to dialogue and active participation in restorative processes, hindering success in building peaceful solutions. He concludes that criticisms of abandoning the term "crime" are significantly less relevant than the problems generated by the continuation of a structure and language that stigmatize, and that RJ must, above all, begin its transformation with language.

Finally, the article "Obstetric violence: in search of specific legislation in the Brazilian legal system," written by Camilly Gonçalves Santana Santos, Jandira Dantas dos Santos, Rina Nunes do Rosário Fonseca, and Andrei Brettas Grunwald, brings a crucial discussion about the need for specific legislation to combat obstetric violence in Brazil. The authors highlight that, although the topic of violence against women is widely debated, obstetric violence, despite being alarming, is still underreported and lacks its own legislative treatment. The study reveals worrying data, such as the "Born in Brazil" survey by Fiocruz, which indicates that between 30% and 45% of women attended in Brazilian hospitals have suffered obstetric violence. The definition presented by the authors is clear: it is any practice, intentional or by negligence, where health professionals appropriate the pregnant woman's body, resulting in dehumanizing procedures, loss of autonomy, and physical, mental, and emotional harm. This violence manifests in various forms, including verbal abuse, restriction of a companion, non-consented procedures, privacy violations, refusal of analgesia, and even physical aggression and humiliation, as exemplified by the cases of Keila Conceição and Liliane Ribeiro, which received wide media repercussion. The authors emphasize that such conduct directly violates fundamental constitutional rights, such as human dignity, physical and psychological integrity, health, and freedom. The major gap in the Brazilian legal system is the absence of specific legislation for obstetric violence. Currently, cases are handled through general provisions of the Penal Code (injury, mistreatment, rape, psychological violence) and the Civil Code (moral damages), in addition to generic norms and guidelines on humanized childbirth, such as Law No. 11.108/2005, which guarantees the right to a companion. However, this fragmented approach proves insufficient. Jurisprudence, although growing and increasingly sensitive to the issue, recognizing physical suffering and psychological traumas and granting compensation for moral and aesthetic damages, still operates based on interpretations of laws that were not created specifically for this form of violence. The authors point out that Bill No. 422/23, which aims to

include obstetric violence in the Maria da Penha Law, represents a promising advance, as it provides for the definition of the crime, public policies, humanization of childbirth, and sanctions. The article's emphatic conclusion is that the creation of specific legislation is of paramount importance so that pregnant women feel more secure, so that health professionals are properly held accountable for the damages caused, and to promote a more humanized and respectful childbirth environment, guaranteeing the dignity and voice of women at one of the most important moments of their lives.

These articles, in their diversity and complementarity, illustrate the path that contemporary justice needs to take: a path of expansion, humanization, and recognition of the multiple forms of victimization. The dialogue that emerges from these pages is an invitation to reflection and action, reinforcing Pró Vítima's commitment to building a more just, equitable, and, above all, restorative justice system for all.

**Celeste Leite dos Santos**  
**Marilene Araújo**  
**Vanessa Teresinha de Souza Almeida**  
*Editors-in-Chief*

## Editorial

Con inmensa satisfacción, presentamos este editorial para el Volumen 2, Año 3 de la Revista Internacional de Victimología y Justicia Restaurativa del Instituto Brasileño de Atención y Protección Integral a Víctimas (Pró Víctima). Este volumen refleja el vigor y la profundidad de los debates contemporáneos sobre el rumbo de la justicia y la centralidad de la víctima en sus procesos, temas que cobran aún más relevancia en un momento tan significativo para el ordenamiento jurídico brasileño. Estamos, de hecho, entusiasmadas con la reciente noticia de que la Comisión de Derechos Humanos y Participación Legislativa del Senado Federal (CDH) ha designado al Senador Weverton Rocha como relator del Estatuto de la Víctima (PL n. 3.890-2020), un hito que promete redefinir el enfoque estatal y social en relación con quienes sufren las consecuencias de la violencia, el crimen, las calamidades, los desastres y las epidemias. Los artículos que componen esta edición dialogan directamente con esta perspectiva de una justicia más inclusiva y atenta a las necesidades humanas.

Nuestras páginas se abren con la instigante reflexión de Gema Varona Martínez en su artículo “Animalising restorative justice? At the crossroads of interspecies justice and non-violence” (Animalizar la justicia restaurativa? En la encrucijada de la justicia interespecífica y la no-violencia). De forma audaz y necesaria, la autora propone una “animalización” de la Justicia Restaurativa, buscando extender sus principios de diálogo, reparación y reconstrucción a los daños causados a animales no humanos y al medio ambiente. Varona nos desafía a cuestionar el antropocentrismo arraigado en nuestras concepciones de justicia y a considerar las “víctimas más-que-humanas», abriendo un camino para una victimología verde que reconozca la interconexión de todos los seres y exija una profunda reflexión de los facilitadores sobre sus propios sesgos.

A continuación, el profundo análisis de Dorothy Vaandering en su artículo “Beliefs Matter: Concrete theoretical discourse for clarity of restorative justice practice” (Las Creencias Importan: Discurso teórico concreto para la claridad de la práctica de la justicia restaurativa) nos recuerda que la verdadera esencia de la Justicia Restaurativa reside en un conjunto de creencias fundamentales, frecuentemente ignoradas en la práctica occidental. Ella enfatiza que la JR es más que una técnica; es un modo de ser enraizado en la convicción de que “todas las personas y sus entornos son dignos e interconectados”. Esta comprensión de base es esencial para evitar que la Justicia

Restaurativa sea tergiversada y cooptada por sistemas que priorizan la medición y el control en detrimento de la verdadera transformación.

Fábio Wellington Ataíde Alves nos ofrece una visión provocadora en “Justicia Vitimocéntrica Inclusiva: el *in dubio pro victima* como alternativa en contextos de vulnerabilidad colectiva”. Alves defiende que el principio *in dubio pro victima* debe guiar las decisiones en favor de la protección de la víctima en situaciones de incertidumbre, particularmente en contextos de vulnerabilidad colectiva. Él distingue claramente este enfoque de las lógicas punitivistas, sugiriendo incluso la creación de juzgados especializados para medidas de protección, con el fin de asegurar la imparcialidad judicial donde la duda beneficia a la víctima, sin interferir en los juicios de *ultima ratio* donde el *in dubio pro reo* prevalece.

Por su parte, Daniel Iachel Pasqualotto, en su artículo “La posibilidad de tratamiento isonómico entre víctima y acusado como partes en la persecución penal a la luz del Estatuto de la Víctima (PL nº 3.890/2020) y de las garantías constitucionales reservadas al acusado”, profundiza el debate sobre el reposicionamiento de la víctima en el sistema penal. El autor propone que la Justicia Restaurativa (JR) no solo coexista con la justicia retributiva, sino que actúe como un complemento humanizador, capaz de compatibilizar la legítima búsqueda de protección y reparación de las víctimas con las garantías fundamentales del acusado. Este diálogo es crucial, especialmente al considerar el futuro del PL 3.890-2020, que buscará armonizar estas diferentes esferas.

Las “Reflexiones sobre la aplicabilidad de la Justicia Restaurativa en situaciones de violencia doméstica y familiar contra la mujer”, de Bruna Woinorvski de Miranda, nos invita a ponderar sobre el potencial y los desafíos de la Justicia Restaurativa (JR) en el enfrentamiento de un problema social tan complejo como la violencia de género. La autora resalta la capacidad de la JR para deconstruir patrones de violencia y empoderar a las mujeres, al mismo tiempo que alerta sobre los riesgos inherentes a la mediación víctima-agresor, clamando por directrices claras, perspectiva de género y una mejora en la capacitación de los facilitadores para que la JR pueda, de hecho, ser una herramienta protectora y transformadora.

En un escenario donde la violencia digital se intensifica, la problemática de la ciberviolencia contra la diversidad sexual y la revictimización institucional es profundizada por Nieissa Pereira en su artículo “Ciberviolencia contra la diversidad sexual: victimología, revictimización y juicio con perspectiva de género”. La autora aborda la forma en que el sistema de justicia

penal revictimiza frecuentemente a personas LGBTQIAPN+ que son víctimas de ciberviolencia, y explora el potencial del Protocolo de Juicio con Perspectiva de Género para mitigar estos impactos. Pereira inicia destacando que internet, aunque ofrece innumerables facilidades y oportunidades, también se ha convertido en un terreno fértil para la diseminación de odio e intolerancia, donde el aparente anonimato fomenta actitudes hostiles y prejuiciosas contra la comunidad LGBTQIAPN+. Cita datos alarmantes: 74 mil denuncias de crímenes de odio en internet en Brasil en 2022, con 28,3 mil denuncias de LGBTfobia entre 2017 y 2022. El artículo detalla las diversas manifestaciones de la ciberviolencia, desde discursos de odio, ciberacoso y ciberpersecución hasta la “pornografía de venganza”, sextorsión y doxxing, explicando cómo estas conductas están profundamente arraigadas en desigualdades estructurales de género y sexualidad. Aunque la legislación brasileña ha avanzado con leyes como el Código Penal (Art. 218-C), la Ley Carolina Dieckmann y el Marco Civil de Internet, la autora señala lagunas significativas, como la ausencia de tipificación penal específica para el *sexting* no consentido y la falta de mecanismos específicos para la ciberLGBTfobia. El punto central de la argumentación de Nieissa Pereira es la “revictimización institucional”, donde las víctimas LGBTQIAPN+ sufren daños adicionales dentro del propio sistema de justicia penal. Esto ocurre debido a la falta de preparación de los agentes públicos, la reproducción de estigmas, la deslegitimación de sus experiencias y, en algunos casos, su culpabilización por la violencia sufrida. Argumenta que el sistema penal, a menudo, reproduce las violencias estructurales de la sociedad. Para enfrentar esta realidad, el artículo enfatiza el Protocolo de Juicio con Perspectiva de Género del CNJ (2021) como un instrumento vital. Aunque no vinculante, el Protocolo orienta a los magistrados a juzgar sin estereotipos, promoviendo la igualdad sustantiva y reconociendo la transversalidad de prejuicios como el patriarcado y la homofobia en todas las áreas del derecho. El caso del Tribunal de Justicia de Paraná, que concedió indemnización por daños morales en un caso de comentario homofóbico en Facebook, citando explícitamente el Protocolo, se presenta como un ejemplo de su aplicación práctica. Nieissa Pereira concluye que, a pesar de los avances normativos, la invisibilización y la revictimización de víctimas LGBTQIAPN+ persisten, y es urgente la implementación de políticas públicas interseccionales, la formación continua de operadores del Derecho y la creación de canales accesibles y seguros para denuncias, para que el sistema de justicia se convierta efectivamente en un espacio de protección y acogida.

Complementando esta discusión sobre las lagunas y desafíos en la legislación, Micaele Alves dos Santos y Yuri Anderson Pereira Jurubeba, en su artículo “Stalking: El inicio de una pesadilla y la necesidad del aumento

de pena”, sacan a relucir un análisis crítico de la Ley nº 14.132/2021, que penalizó el crimen de acoso en Brasil. Los autores argumentan vehementemente que, a pesar del avance legislativo de tipificar el *stalking* (Art. 147-A del Código Penal), la legislación aún presenta serias lagunas, fallando en asegurar la debida protección a las víctimas y en prevenir comportamientos reiterados. Destacan las devastadoras consecuencias psicológicas y físicas sufridas por las víctimas, subrayando la urgencia de sanciones más rigurosas y una aplicación más eficaz de la ley. El artículo contextualiza el *stalking* como una preocupación global, ilustrando con casos notorios como los de Rebecca Schaeffer, Shiori Ino y, en Brasil, Ana Hickmann, que revelan la vulnerabilidad de figuras públicas y, principalmente, de mujeres — quienes representan la abrumadora mayoría de las víctimas, con un alarmante aumento del 34,5% en los casos registrados en 2023. Santos y Jurubeba detallan las diferentes tipologías de acosadores, desde el “pretendiente incompetente” hasta el “depredador”, con especial atención al “rechazado”, clasificado como el más peligroso y persistente. La fragilidad de la legislación actual se evidencia por la reticencia de las víctimas a denunciar, por miedo a represalias, y por la frecuencia con la que los acosadores se benefician de penas leves o acuerdos judiciales, ya que el crimen es a menudo tratado como de “menor potencial ofensivo”. Este escenario genera una sensación de impunidad que, según los autores, puede entenderse a través de la analogía de la “Teoría de las Ventanas Rotas”, donde la falta de respuesta efectiva a pequeñas infracciones puede fomentar crímenes más graves. La ineficacia de las medidas de protección, que rara vez se aplican de forma efectiva fuera del contexto de la Ley Maria da Penha, es otro punto crucial. El artículo concluye que, aunque la penalización del *stalking* ha sido un paso importante, es fundamental que las penas sean significativamente más severas para reflejar el impacto real del crimen y que haya una mayor inversión en políticas de seguridad pública, en la prevención de la reincidencia y en la aplicación de exámenes criminológicos para acosadores, muchos de los cuales presentan trastornos psicológicos que requieren tratamiento y no solo castigo.

La relevancia de la cultura y los saberes tradicionales en la concepción de sistemas de justicia es el eje central del artículo “Justicia Restaurativa y Pueblos Indígenas: saberes tradicionales como caminos para un pluralismo jurídico efectivo”, de Paulina de Oliveira Santos. La autora teje un análisis profundo sobre cómo las antiguas tradiciones jurídicas indígenas, enfocadas en la reparación del daño y en la promoción de la armonía social, sirvieron de inspiración fundamental para la moderna Justicia Restaurativa (JR). Santos destaca la ironía de que, aunque los pueblos indígenas estén históricamente sobrerrepresentados en los sistemas carcelarios occidentales y a menudo

perciban la justicia estatal como “extraña” e “inaccesible”, son sus prácticas ancestrales las que ofrecen un modelo más humanizado y eficaz para la pacificación social. La discusión abarca ejemplos notables de Canadá, como la decisión de la Corte Suprema en el caso *R. v. Gladue* (1999), que exigió un tratamiento especial para los autóctonos en la determinación de la pena, y los ampliamente utilizados Círculos de Sentencia y Círculos de Curación. En Brasil, la autora señala el reconocimiento constitucional de las tradiciones indígenas (CF/88, Art. 231) e iniciativas como la “Justicia Restaurativa Indígena”, que busca armonizar los sistemas de justicia estatal e indígena, como el proyecto piloto de Amambai/MS, que prioriza la participación de facilitadores y profesionales indígenas. La Resolución nº 287/2019 del Consejo Nacional de Justicia (CNJ) se menciona como un hito importante en el reconocimiento de los mecanismos propios de las comunidades indígenas para la resolución de conflictos. Sin embargo, Paulina de Oliveira Santos no rehúye abordar los significativos desafíos que permean esta intersección, como la persistencia de valores coloniales, la resistencia judicial, la falta de comprensión cultural y el riesgo de cooptación de la JR por el sistema formal, lo que podría desvirtuar su potencial transformador. A pesar de estos obstáculos, la autora vislumbra amplias oportunidades, como la “surización” de la Justicia Restaurativa, que implica valorar e integrar los saberes de los pueblos marginados, construyendo un conocimiento más simétrico y respetuoso. El artículo concluye que la JR, al reconocer la jusdiversidad y la interculturalidad, ofrece un camino crucial para repensar el crimen y la justicia, contribuyendo a la construcción de sociedades más equitativas y armoniosas, especialmente para los pueblos indígenas, que durante siglos han enseñado el valor del respeto mutuo y la convivencia.

Adentrándose en la reflexión sobre el propio concepto de delito, el artículo “Concepto de delito y la preocupación por la estigmatización en el ámbito de los estudios sobre justicia restaurativa”, de Caio César Andrade de Almeida, Daniela Carvalho Almeida da Costa e Felipe Monteiro Batista Simões, ofrece una crítica incisiva a la permanencia del término «delito» y a la rígida distinción entre el derecho civil y el penal en el contexto de la Justicia Restaurativa. Almeida argumenta, de forma persuasiva, que la adhesión a esta terminología tradicional y a esta dicotomía legal puede perpetuar inadvertidamente la estigmatización, uno de los problemas centrales que la Justicia Restaurativa (JR) busca superar. El autor nos recuerda que la JR, en su esencia transformadora, busca devolver el protagonismo del conflicto a las partes involucradas, priorizando la no estigmatización, la reparación de los daños y la construcción dialógica de soluciones. En este sentido, Almeida establece un diálogo con las teorías críticas de la Criminología, citando a

autores como Vera Malaguti Batista y Alessandro Baratta, quienes revelan el “delito” como un constructo social y político, lejos de ser una realidad ontológica. Resalta que esta construcción está intrínsecamente ligada a la propiedad privada y sirve como un mecanismo de control social. Curiosamente, el artículo señala una aparente contradicción en el pensamiento de Howard Zehr, uno de los exponentes de la JR, quien, a pesar de reconocer el carácter estigmatizante del sistema penal y concordar con muchas de las críticas de la Criminología Crítica, aún defiende la coexistencia de la justicia restaurativa con alguna forma de justicia penal tradicional, especialmente para casos considerados “atrocies”. Zehr justifica su postura invocando la necesidad de preservar cualidades como el Estado de Derecho y la imparcialidad procesal. Sin embargo, Almeida, al profundizar en la propuesta abolicionista de Louk Hulsman, que sugiere la sustitución del término «delito» por «situaciones problemáticas» para evitar la alienación y el etiquetado, refuerza que los problemas derivados de mantener un lenguaje estigmatizante superan con creces las preocupaciones sobre la supuesta “minimización del daño” que la terminología de Hulsman podría acarrear. La argumentación central de Almeida, por lo tanto, es que la persistencia en utilizar la palabra “delito” y en mantener una separación estricta entre conflictos civiles y penales, cuando la dinámica de los círculos restaurativos es esencialmente la misma para ambos, solo sirve para fortalecer los obstáculos iniciales al diálogo y a la participación activa en los procesos restaurativos, dificultando el éxito en la construcción de soluciones pacíficas. Concluye que las críticas al abandono del término «delito» son significativamente menos relevantes que los problemas generados por la continuación de una estructura y lenguaje que estigmatizan, y que la JR debe, sobre todo, iniciar su transformación a partir del lenguaje.

Finalmente, el artículo “Violencia obstétrica: en busca de una legislación específica en el ordenamiento jurídico brasileño”, escrito por Camilly Gonçalves Santana Santos, Jandira Dantas dos Santos, Rina Nunes do Rosário Fonseca y Andrei Brettas Grunwald, aporta una discusión crucial sobre la necesidad de una ley específica para combatir la violencia obstétrica en Brasil. Los autores destacan que, aunque el tema de la violencia contra la mujer es ampliamente debatido, la violencia obstétrica, a pesar de ser alarmante, aún es subnotificada y carece de un tratamiento legislativo propio. El estudio revela datos preocupantes, como la investigación “Nacer en Brasil” de la Fiocruz, que señala que entre el 30% y el 45% de las mujeres atendidas en hospitales de Brasil ya sufrieron violencia obstétrica. La definición presentada por los autores es clara: se trata de cualquier práctica, intencional o por negligencia, que apropia el cuerpo de la gestante por profesionales

de la salud, resultando en procedimientos inhumanos, pérdida de autonomía y daños físicos, mentales y emocionales. Esta violencia se manifiesta de diversas formas, incluyendo abusos verbales, restricción del acompañante, procedimientos no consentidos, violación de la privacidad, negativa de analgesia, e incluso agresión física y humillaciones, como ejemplifican los casos de Keila Conceição y Liliane Ribeiro, que tuvieron gran repercusión mediática. Los autores resaltan que tales conductas violan directamente derechos constitucionales fundamentales, como la dignidad de la persona humana, la integridad física y psicológica, la salud y la libertad. La gran laguna en el ordenamiento jurídico brasileño es la ausencia de una ley específica para la violencia obstétrica. Actualmente, los casos se tratan a través de disposiciones generales del Código Penal (injuria, malos tratos, estupro, violencia psicológica) y del Código Civil (daños morales), además de normas y directrices genéricas sobre parto humanizado, como la Ley nº 11.108/2005, que garantiza el derecho a un acompañante. Sin embargo, este enfoque fragmentado resulta insuficiente. La jurisprudencia, aunque creciente y cada vez más sensible al tema, reconociendo el sufrimiento físico y los traumas psicológicos y concediendo indemnizaciones por daños morales y estéticos, aún opera basándose en interpretaciones de leyes que no fueron creadas específicamente para esta forma de violencia. Los autores señalan que el Proyecto de Ley nº 422/23, que busca incluir la violencia obstétrica en la Ley Maria da Penha, representa un avance prometedor, al prever la definición del crimen, políticas públicas, humanización del parto y sanciones. La conclusión enfática del artículo es que la creación de una legislación específica es de suma importancia para que las gestantes se sientan más seguras, para que los profesionales de la salud sean debidamente responsabilizados por los daños causados, y para promover un ambiente de parto más humanizado y respetuoso, garantizando la dignidad y la voz de las mujeres en uno de los momentos más importantes de sus vidas.

Estos artículos, en su diversidad y complementariedad, ilustran el camino que la justicia contemporánea necesita recorrer: un camino de ampliación, humanización y reconocimiento de las múltiples formas de victimización. El diálogo que emerge de estas páginas es una invitación a la reflexión y a la acción, reforzando el compromiso de Pró Víctima con la construcción de un sistema de justicia más justo, equitativo y, sobre todo, restaurador para todos.

**Celeste Leite dos Santos**  
**Marilene Araújo Vanessa**  
**Teresinha de Souza Almeida**  
*Editoras Jefe*

## ÉDITORIAL

C'est avec une immense satisfaction que nous présentons cet éditorial pour le Volume 2, Année 3 de la Revue Internationale de Victimologie et Justice Restauratrice de l'Institut Brésilien d'Attention et de Protection Intégrale aux Victimes (Pró Vítima). Ce volume reflète la vigueur et la profondeur des débats contemporains sur l'orientation de la justice et la centralité de la victime dans ses processus, des thèmes qui acquièrent une pertinence encore plus grande à un moment si significatif pour l'ordre juridique brésilien. Nous sommes, en effet, enthousiasmés par la récente nouvelle que la Commission des Droits de l'Homme et de la Participation Législative du Sénat Fédéral (CDH) a désigné le Sénateur Weverton Rocha comme rapporteur du Statut de la Victime (PL n° 3.890-2020), une étape qui promet de redéfinir l'approche étatique et sociale envers ceux qui subissent les conséquences de la violence, du crime, des calamités, des catastrophes et des épidémies. Les articles qui composent cette édition dialoguent directement avec cette perspective d'une justice plus inclusive et attentive aux besoins humains.

Nos pages s'ouvrent avec l'interpellation réfléchie de Gema Varona Martínez dans son article "Animalising restorative justice? At the crossroads of interspecies justice and non-violence" (Animaliser la justice restauratrice ? Au carrefour de la justice interspèces et de la non-violence). De manière audacieuse et nécessaire, l'auteure propose une "animalisation" de la Justice Restauratrice, cherchant à étendre ses principes de dialogue, de réparation et de reconstruction aux dommages causés aux animaux non humains et à l'environnement. Varona nous défie de remettre en question l'anthropocentrisme enraciné dans nos conceptions de la justice et de considérer les "victimes plus-qu'humaines", ouvrant la voie à une victimologie verte qui reconnaît l'interconnexion de tous les êtres et exige une profonde réflexion des facilitateurs sur leurs propres biais.

Ensuite, la profonde analyse de Dorothy Vaandering dans son article "Beliefs Matter: Concrete theoretical discourse for clarity of restorative justice practice" (Les Croyances Comptent : Discours théorique concret pour la clarté de la pratique de la justice restauratrice) nous rappelle que la véritable essence de la Justice Restauratrice réside dans un ensemble de croyances fondamentales, souvent ignorées dans la pratique occidentale. Elle souligne que la JR est plus qu'une technique ; c'est une manière d'être enracinée dans la conviction que "toutes les personnes et leurs environnements sont dignes

et interconnectés”. Cette compréhension de base est essentielle pour éviter que la Justice Restauratrice ne soit dénaturée et cooptée par des systèmes qui privilégient la mesure et le contrôle au détriment de la véritable transformation.

Fábio Wellington Ataíde Alves nous offre une vision provocatrice dans “Justice Victimo-centrique Inclusive : l’in dubio pro victima comme alternative dans les contextes de vulnérabilité collective”. Alves défend que le principe *in dubio pro victima* doit guider les décisions en faveur de la protection de la victime dans les situations d’incertitude, particulièrement dans les contextes de vulnérabilité collective. Il distingue clairement cette approche des logiques punitives, suggérant même la création de tribunaux spécialisés pour les mesures de protection, visant à assurer l’impartialité judiciaire là où le doute bénéficie à la victime, sans interférer dans les jugements d’*ultima ratio* où l’*in dubio pro reo* prévaut.

De son côté, Daniel Iachel Pasqualotto, dans son article “La possibilité d’un traitement égalitaire entre victime et accusé en tant que parties dans la poursuite pénale à la lumière du Statut de la Victime (PL n° 3.890/2020) et des garanties constitutionnelles réservées à l’accusé”, approfondit le débat sur le repositionnement de la victime dans le système pénal. L’auteur propose que la Justice Restauratrice (JR) non seulement coexiste avec la justice rétributive, mais agisse comme un complément humanisant, capable de concilier la légitime recherche de protection et de réparation des victimes avec les garanties fondamentales de l’accusé. Ce dialogue est crucial, surtout si l’on considère l’avenir du PL 3.890-2020, qui cherchera à harmoniser ces différentes sphères.

Les “Réflexions sur l’applicabilité de la Justice Restauratrice dans les situations de violence domestique et familiale contre les femmes”, de Bruna Woinorvski de Miranda, nous invitent à réfléchir sur le potentiel et les défis de la Justice Restauratrice (JR) face à un problème social aussi complexe que la violence de genre. L’auteure souligne la capacité de la JR à déconstruire les schémas de violence et à autonomiser les femmes, tout en alertant sur les risques inhérents à la médiation victime-agresseur, appelant à des directives claires, une perspective de genre et une amélioration de la formation des facilitateurs afin que la JR puisse, de fait, être un outil protecteur et transformateur.

Dans un scénario où la violence numérique s’intensifie, la problématique de la cyberviolence contre la diversité sexuelle et la revictimisation institutionnelle est approfondie par Nieissa Pereira dans son article “Cybervio-

lence contre la diversité sexuelle : victimologie, revictimisation et jugement avec perspective de genre”. L’auteure aborde la manière dont le système de justice pénale revictimise fréquemment les personnes LGBTQIAPN+ victimes de cyberviolence, et explore le potentiel du Protocole de Jugement avec Perspective de Genre pour atténuer ces impacts. Pereira commence par souligner qu’Internet, bien qu’offrant d’innombrables facilités et opportunités, est également devenu un terrain fertile pour la propagation de la haine et de l’intolérance, où l’anonymat apparent encourage des attitudes hostiles et préjudiciables envers la communauté LGBTQIAPN+. Elle cite des données alarmantes : 74 000 plaintes pour crimes de haine sur Internet au Brésil en 2022, avec 28 300 plaintes pour LGBTphobie entre 2017 et 2022. L’article détaille les diverses manifestations de la cyberviolence, allant des discours de haine, cyberharcèlement et cyberstalking à la “pornographie de vengeance”, à la sextorsion et au doxxing, expliquant comment ces comportements sont profondément enracinés dans les inégalités structurelles de genre et de sexualité. Bien que la législation brésilienne ait progressé avec des lois telles que le Code pénal (Art. 218-C), la loi Carolina Dieckmann et le Cadre Civil d’Internet, l’auteure signale des lacunes importantes, comme l’absence de typification pénale spécifique pour le sexting non consenti et le manque de mécanismes spécifiques pour la cyberLGBTphobie. Le point central de l’argumentation de Nieissa Pereira est la “revictimisation institutionnelle”, où les victimes LGBTQIAPN+ subissent des dommages supplémentaires au sein même du système de justice pénale. Cela se produit en raison du manque de préparation des agents publics, de la reproduction des stigmates, de la délégitimation de leurs expériences et, dans certains cas, de leur culpabilisation pour la violence subie. Elle soutient que le système pénal reproduit souvent les violences structurelles de la société. Pour faire face à cette réalité, l’article met l’accent sur le Protocole de Jugement avec Perspective de Genre du CNJ (2021) comme un instrument vital. Bien que non contraignant, le Protocole guide les magistrats à juger sans stéréotypes, promouvant une égalité substantielle et reconnaissant la transversalité des préjugés tels que le patriarcat et l’homophobie dans tous les domaines du droit. L’affaire du Tribunal de Justice de Paraná, qui a accordé une indemnisation pour préjudice moral dans un cas de commentaire homophobe sur Facebook, citant explicitement le Protocole, est présentée comme un exemple de son application pratique. Nieissa Pereira conclut que, malgré les avancées normatives, l’invisibilisation et la revictimisation des victimes LGBTQIAPN+ persistent, et qu’il est urgent de mettre en œuvre des politiques publiques intersectionnelles, une formation continue pour les professionnels du droit, et la création de canaux accessibles et sécurisés pour les plaintes, afin que le système de justice devienne effectivement un espace de protection et d’accueil.

Complétant cette discussion sur les lacunes et les défis de la législation, Micaele Alves dos Santos et Yuri Anderson Pereira Jurubeba, dans leur article “Stalking : Le début d’un cauchemar et la nécessité d’une augmentation de peine”, présentent une analyse critique de la loi n° 14.132/2021, qui a criminalisé le harcèlement criminel (stalking) au Brésil. Les auteurs soutiennent avec véhémence que, malgré l’avancée législative de la typification du stalking (Art. 147-A du Code pénal), la législation présente encore de sérieuses lacunes, échouant à assurer une protection adéquate aux victimes et à prévenir les comportements répétés. Ils soulignent les conséquences psychologiques et physiques dévastatrices subies par les victimes, insistant sur l’urgence de sanctions plus rigoureuses et d’une application plus efficace de la loi. L’article contextualise le stalking comme une préoccupation mondiale, illustrant avec des cas notoires tels que ceux de Rebecca Schaeffer, Shiori Ino et, au Brésil, Ana Hickmann, qui révèlent la vulnérabilité des personnalités publiques et, surtout, des femmes — qui représentent l’écrasante majorité des victimes, avec une augmentation alarmante de 34,5 % des cas enregistrés en 2023. Santos et Jurubeba détaillent les différentes typologies de harceleurs, de “l’homme maladroit” au “prédateur”, avec une attention particulière au “rejeté”, classé comme le plus dangereux et persistant. La fragilité de la législation actuelle est mise en évidence par l’hésitation des victimes à dénoncer, par peur de représailles, et par la fréquence avec laquelle les harceleurs bénéficient de peines clémentes ou d’accords judiciaires, car le crime est souvent traité comme ayant un “potentiel offensif mineur”. Ce scénario génère un sentiment d’impunité qui, selon les auteurs, peut être compris par l’analogie de la “théorie des fenêtres brisées”, où l’absence de réponse effective à des infractions mineures peut encourager des crimes plus graves. L’inefficacité des mesures de protection, qui sont rarement appliquées de manière effective en dehors du contexte de la loi Maria da Penha, est un autre point crucial. L’article conclut que, bien que la criminalisation du stalking ait été une étape importante, il est fondamental que les peines soient significativement plus sévères pour refléter l’impact réel du crime et qu’il y ait un plus grand investissement dans les politiques de sécurité publique, la prévention de la récidive et l’application d’exams criminologiques pour les harceleurs, dont beaucoup présentent des troubles psychologiques qui nécessitent un traitement et pas seulement une punition.

La pertinence de la culture et des savoirs traditionnels dans la conception des systèmes de justice est au cœur de l’article “Justice Restauratrice et Peuples Indigènes : les savoirs traditionnels comme voies vers un pluralisme juridique effectif”, de Paulina de Oliveira Santos. L’auteure propose une analyse approfondie de la manière dont les anciennes traditions juridiques

indigènes, axées sur la réparation des dommages et la promotion de l'harmonie sociale, ont servi d'inspiration fondamentale à la Justice Restauratrice (JR) moderne. Santos souligne l'ironie que, bien que les peuples indigènes soient historiquement surreprésentés dans les systèmes carcéraux occidentaux et se sentent souvent la justice étatique comme "étrangère" et "inaccessible", ce sont leurs pratiques ancestrales qui offrent un modèle plus humanisé et efficace pour la pacification sociale. La discussion couvre des exemples notables du Canada, tels que la décision de la Cour suprême dans l'affaire *R. v. Gladue* (1999), qui a exigé un traitement spécial pour les autochtones dans la détermination de la peine, et les *Círculos de Sentença* et *Círculos de Cura*, largement utilisés. Au Brésil, l'auteure souligne la reconnaissance constitutionnelle des traditions indigènes (CF/88, Art. 231) et des initiatives telles que la "Justice Restauratrice Indigène", qui cherche à harmoniser les systèmes de justice étatique et indigène, comme le projet pilote d'Amambai/MS, qui privilégie l'implication des facilitateurs et professionnels indigènes. La Résolution n° 287/2019 du Conseil National de Justice (CNJ) est mentionnée comme une étape importante dans la reconnaissance des mécanismes propres aux communautés indigènes pour la résolution des conflits. Cependant, Paulina de Oliveira Santos n'hésite pas à aborder les défis significatifs qui traversent cette intersection, tels que la persistance des valeurs coloniales, la résistance judiciaire, le manque de compréhension culturelle et le risque de cooptation de la JR par le système formel, ce qui pourrait dénaturer son potentiel transformateur. Malgré ces obstacles, l'auteure entrevoit de vastes opportunités, telles que la "mériodionalisation" de la Justice Restauratrice, qui implique de valoriser et d'intégrer les savoirs des peuples marginalisés, construisant une connaissance plus symétrique et respectueuse. L'article conclut que la JR, en reconnaissant la jusdiversité et l'interculturalité, offre une voie cruciale pour repenser le crime et la justice, contribuant à la construction de sociétés plus équitables et harmonieuses, en particulier pour les peuples indigènes, qui depuis des siècles enseignent la valeur du respect mutuel et de la coexistence.

Approfondissant la réflexion sur le concept même de délit, l'article "Concept de crime et la préoccupation liée à la stigmatisation dans le cadre des études sur la justice restauratrice", de Caio César Andrade de Almeida, Daniela Carvalho Almeida da Costa e Felipe Monteiro Batista Simões, propose une critique incisive du maintien du terme "crime" et de la distinction rigide entre le droit civil et le droit pénal dans le contexte de la Justice Restauratrice. Almeida argumente, de manière persuasive, que l'adhésion à cette terminologie traditionnelle et à cette dichotomie légale peut, par inadvertance, perpétuer la stigmatisation, l'un des problèmes centraux que la Jus-

Justice Restauratrice (JR) cherche à surmonter. L'auteur nous rappelle que la JR, dans son essence transformative, vise à rendre le protagonisme du conflit aux parties impliquées, en priorisant la non-stigmatisation, la réparation des dommages et la construction dialogique de solutions. Dans ce sens, Almeida établit un dialogue avec les théories critiques de la Criminologie, citant des auteurs tels que Vera Malaguti Batista et Alessandro Baratta, qui révèlent le "crime" comme une construction sociale et politique, loin d'être une réalité ontologique. Il souligne que cette construction est intrinsèquement liée à la propriété privée et sert de mécanisme de contrôle social. Curieusement, l'article pointe une apparente contradiction dans la pensée de Howard Zehr, l'un des plus éminents défenseurs de la JR, qui, bien que reconnaissant le caractère stigmatisant du système pénal et étant d'accord avec de nombreuses critiques de la Criminologie Critique, défend toujours la coexistence de la justice restauratrice avec une forme de justice pénale traditionnelle, en particulier pour les cas considérés comme "odieux". Zehr justifie sa position en invoquant la nécessité de préserver des qualités telles que l'État de droit et l'impartialité procédurale. Cependant, Almeida, en approfondissant la proposition abolitionniste de Louk Hulsman, qui suggère de remplacer le terme "crime" par "situations problématiques" pour éviter l'aliénation et l'étiquetage, renforce l'idée que les problèmes découlant du maintien d'un langage stigmatisant l'emportent de loin sur les préoccupations liées à la prétendue "minimisation du dommage" que la terminologie de Hulsman pourrait entraîner. L'argument central d'Almeida est donc que la persistance à utiliser le mot "crime" et à maintenir une séparation étanche entre les conflits civils et pénaux, alors que la dynamique des cercles restauratifs est essentiellement la même pour les deux, ne sert qu'à renforcer les obstacles initiaux au dialogue et à la participation active aux processus restauratifs, entravant ainsi leur succès dans la construction de solutions pacifiques. Il conclut que les critiques à l'abandon du terme "crime" sont significativement moins pertinentes que les problèmes générés par le maintien d'une structure et d'un langage qui stigmatisent, et que la JR doit, avant tout, commencer sa transformation par le langage.

Enfin, l'article "Violence obstétrique : à la recherche d'une législation spécifique dans l'ordre juridique brésilien", écrit par Camilly Gonçalves Santana Santos, Jandira Dantas dos Santos, Rina Nunes do Rosário Fonseca et Andrei Brettas Grunwald, apporte une discussion cruciale sur la nécessité d'une loi spécifique pour lutter contre la violence obstétrique au Brésil. Les auteurs soulignent que, bien que le thème de la violence contre les femmes soit largement débattu, la violence obstétrique, malgré son caractère alarmant, est encore sous-déclarée et manque d'un traitement législatif propre.

L'étude révèle des données préoccupantes, comme l'enquête "Naître au Brésil" de la Fiocruz, qui indique qu'entre 30 % et 45 % des femmes prises en charge dans les hôpitaux brésiliens ont déjà subi des violences obstétricales. La définition présentée par les auteurs est claire : il s'agit de toute pratique, intentionnelle ou par négligence, par laquelle les professionnels de la santé s'approprient le corps de la femme enceinte, entraînant des procédures déshumanisantes, une perte d'autonomie et des dommages physiques, mentaux et émotionnels. Cette violence se manifeste sous diverses formes, y compris les abus verbaux, la restriction de la présence d'un accompagnant, les procédures non consenties, la violation de la vie privée, le refus d'analgésie, et même les agressions physiques et les humiliations, comme l'illustrent les cas de Keila Conceição et Liliane Ribeiro, qui ont eu un grand retentissement médiatique. Les auteurs soulignent que de telles conduites violent directement des droits constitutionnels fondamentaux, tels que la dignité de la personne humaine, l'intégrité physique et psychologique, la santé et la liberté. La principale lacune de l'ordre juridique brésilien est l'absence d'une loi spécifique sur la violence obstétricale. Actuellement, les cas sont traités par des dispositions générales du Code pénal (injure, mauvais traitements, viol, violence psychologique) et du Code civil (dommages moraux), ainsi que par des normes et directives génériques sur l'accouchement humanisé, comme la loi n° 11.108/2005, qui garantit le droit à un accompagnant. Cependant, cette approche fragmentée s'avère insuffisante. La jurisprudence, bien que croissante et de plus en plus sensible au sujet, reconnaissant la souffrance physique et les traumatismes psychologiques et accordant des indemnités pour dommages moraux et esthétiques, opère toujours sur la base d'interprétations de lois qui n'ont pas été créées spécifiquement pour cette forme de violence. Les auteurs soulignent que le projet de loi n° 422/23, qui vise à inclure la violence obstétricale dans la loi Maria da Penha, représente une avancée prometteuse, puisqu'il prévoit la définition du crime, des politiques publiques, l'humanisation de l'accouchement et des sanctions. La conclusion emphatique de l'article est que la création d'une législation spécifique est d'une importance capitale pour que les femmes enceintes se sentent plus en sécurité, pour que les professionnels de la santé soient dûment tenus responsables des dommages causés, et pour promouvoir un environnement d'accouchement plus humanisé et respectueux, garantissant la dignité et la voix des femmes à l'un des moments les plus importants de leur vie.

Ces articles, par leur diversité et leur complémentarité, illustrent le chemin que la justice contemporaine doit parcourir: un chemin d'élargissement, d'humanisation et de reconnaissance des multiples formes de victimisation. Le dialogue qui émerge de ces pages est une invitation à la réflexion et à l'action, renforçant l'engagement de Pró Vítima à construire un système de justice plus juste, équitable et, surtout, restaurateur pour tous.

**Celeste Leite dos Santos**

**Marilene Araújo**

**Vanessa Teresinha de Souza Almeida**

*Rédactrices en chef*

## EDITORIALE

**È** con immensa soddisfazione che presentiamo questo editoriale per il Volume 2, Anno 3 della Rivista Internazionale di Vittimologia e Giustizia Riparativa dell'Istituto Brasiliano di Attenzione e Protezione Integrale alle Vittime (Pró Vítima). Questo volume riflette il vigore e la profondità dei dibattiti contemporanei sulle direzioni della giustizia e la centralità della vittima nei suoi processi, temi che acquistano ancora maggiore rilevanza in un momento così significativo per l'ordinamento giuridico brasiliano. Siamo, infatti, entusiaste della recente notizia che la Commissione Diritti Umani e Partecipazione Legislativa del Senato Federale (CDH) ha nominato il Senatore Weverton Rocha come relatore dello Statuto della Vittima (PL n. 3.890-2020), una pietra miliare che promette di ridefinire l'approccio statale e sociale nei confronti di coloro che subiscono le conseguenze della violenza, del crimine, delle calamità, dei disastri e delle epidemie. Gli articoli che compongono questa edizione dialogano direttamente con questa prospettiva di una giustizia più inclusiva e attenta ai bisogni umani.

Le nostre pagine si aprono con la stimolante riflessione di Gema Varona Martínez nel suo articolo "Animalising restorative justice? At the crossroads of interspecies justice and non-violence" (Animalizzare la giustizia riparativa? Al crocevia della giustizia interspecie e la non-violenza). In modo audace e necessario, l'autrice propone una "animalizzazione" della Giustizia Riparativa, cercando di estendere i suoi principi di dialogo, riparazione e ricostruzione ai danni causati agli animali non umani e all'ambiente. Varona ci sfida a mettere in discussione l'antropocentrismo radicato nelle nostre concezioni di giustizia e a considerare le "vittime più-che-umane", aprendo una strada per una vittimologia verde che riconosca l'interconnessione di tutti gli esseri e richieda una profonda riflessione da parte dei facilitatori sui propri pregiudizi.

Successivamente, la profonda analisi di Dorothy Vaandering nel suo articolo "Beliefs Matter: Concrete theoretical discourse for clarity of restorative justice practice" (Le Credenze Contano: Discorso teorico concreto per la chiarezza della pratica della giustizia riparativa) ci ricorda che la vera essenza della Giustizia Riparativa risiede in un insieme di credenze fondamentali, spesso ignorate nella pratica occidentale. Ella sottolinea che la JR è più di una tecnica; è un modo di essere radicato nella convinzione che "tutte le persone e i loro ambienti sono degni e interconnessi". Questa comprensione di base è essenziale per evitare che la Giustizia Riparativa venga distorta e cooptata da sistemi che privilegiano la misurazione e il controllo a scapito della vera

trasformazione.

Fábio Wellington Ataíde Alves ci offre una visione provocatoria in “Giustizia Vittimocentrica Inclusiva: *l’in dubio pro victima* come alternativa in contesti di vulnerabilità collettiva”. Alves sostiene che il principio *in dubio pro victima* dovrebbe guidare le decisioni a favore della protezione della vittima in situazioni di incertezza, in particolare in contesti di vulnerabilità collettiva. Egli distingue chiaramente questo approccio dalle logiche punitive, suggerendo persino la creazione di tribunali specializzati per le misure protettive, al fine di garantire l'imparzialità giudiziaria dove il dubbio beneficia la vittima, senza interferire nei giudizi di *ultima ratio* dove *l’in dubio pro reo* prevale.

A sua volta, Daniel Iachel Pasqualotto, nel suo articolo “La possibilità di trattamento isonomico tra vittima e accusato come parti nella persecuzione penale alla luce dello Statuto della Vittima (PL n. 3.890/2020) e delle garanzie costituzionali riservate all'accusato”, approfondisce il dibattito sul riposizionamento della vittima nel sistema penale. L'autore propone che la Giustizia Riparativa (JR) non solo coesista con la giustizia retributiva, ma agisca come un complemento umanizzante, capace di compatibilizzare la legittima ricerca di protezione e riparazione delle vittime con le garanzie fondamentali dell'accusato. Questo dialogo è cruciale, specialmente considerando il futuro del PL 3.890-2020, che cercherà di armonizzare queste diverse sfere.

Le “Riflessioni sull'applicabilità della Giustizia Riparativa in situazioni di violenza domestica e familiare contro le donne”, di Bruna Woinorvski de Miranda, ci invitano a ponderare il potenziale e le sfide della Giustizia Riparativa (JR) nell'affrontare un problema sociale così complesso come la violenza di genere. L'autrice sottolinea la capacità della JR di decostruire i modelli di violenza e di responsabilizzare le donne, al contempo avvertendo dei rischi intrinseci alla mediazione vittima-aggressore, invocando linee guida chiare, una prospettiva di genere e un miglioramento della formazione dei facilitatori affinché la JR possa, di fatto, essere uno strumento protettivo e trasformativo.

In uno scenario in cui la violenza digitale si intensifica, la problematica della cyberviolenza contro la diversità sessuale e la rivittimizzazione istituzionale è approfondita da Nieissa Pereira nel suo articolo “Cyberviolenza contro la diversità sessuale: vittimologia, rivittimizzazione e giudizio con prospettiva di genere”. L'autrice affronta il modo in cui il sistema di giustizia penale rivittimizza frequentemente le persone LGBTQIAPN+ vittime di cyberviolenza, ed esplora il potenziale del Protocollo di Giudizio con Pros-

pettiva di Genere per mitigare questi impatti. Pereira inizia sottolineando che internet, sebbene offra innumerevoli facilitazioni e opportunità, è diventata anche un terreno fertile per la diffusione di odio e intolleranza, dove l'apparente anonimato incoraggia atteggiamenti ostili e pregiudizievole nei confronti della comunità LGBTQIAPN+. Cita dati allarmanti: 74 mila denunce di crimini d'odio su internet in Brasile nel 2022, con 28,3 mila denunce di LGBTfobia tra il 2017 e il 2022. L'articolo dettaglia le diverse manifestazioni della cyberviolenza, dai discorsi d'odio, cyberbullismo e cyberstalking alla "pornografia della vendetta", sextortion e doxxing, spiegando come questi comportamenti siano profondamente radicati nelle disuguaglianze strutturali di genere e sessualità. Sebbene la legislazione brasiliana abbia fatto progressi con leggi come il Codice Penale (Art. 218-C), la Legge Carolina Dieckmann e il Marco Civile di Internet, l'autrice segnala lacune significative, come l'assenza di una tipizzazione penale specifica per il *sexting* non consensuale e la mancanza di meccanismi specifici per la cyberLGBTfobia. Il punto centrale dell'argomentazione di Nieissa Pereira è la "rivittimizzazione istituzionale", dove le vittime LGBTQIAPN+ subiscono danni aggiuntivi all'interno dello stesso sistema di giustizia penale. Ciò avviene a causa della mancanza di preparazione degli agenti pubblici, della riproduzione di stigmi, della delegittimazione delle loro esperienze e, in alcuni casi, della loro colpevolizzazione per la violenza subita. Ella sostiene che il sistema penale, spesso, riproduce le violenze strutturali della società. Per affrontare questa realtà, l'articolo enfatizza il Protocollo di Giudizio con Prospettiva di Genere del CNJ (2021) come strumento vitale. Sebbene non vincolante, il Protocollo guida i magistrati a giudicare senza stereotipi, promuovendo l'uguaglianza sostanziale e riconoscendo la trasversalità di pregiudizi come il patriarcato e l'omofobia in tutti gli ambiti del diritto. Il caso del Tribunale di Giustizia del Paraná, che ha concesso un risarcimento per danni morali in un caso di commento omofobico su Facebook, citando esplicitamente il Protocollo, è presentato come esempio della sua applicazione pratica. Nieissa Pereira conclude che, nonostante i progressi normativi, l'invisibilizzazione e la rivittimizzazione delle vittime LGBTQIAPN+ persistono, ed è urgente l'implementazione di politiche pubbliche intersezionali, una formazione continua per gli operatori del Diritto e la creazione di canali accessibili e sicuri per le denunce, affinché il sistema di giustizia diventi effettivamente uno spazio di protezione e accoglienza.

A complemento di questa discussione sulle lacune e le sfide nella legislazione, Micaele Alves dos Santos e Yuri Anderson Pereira Jurubeba, nel loro articolo "Stalking: L'inizio di un incubo e la necessità dell'aumento della pena", portano alla luce un'analisi critica della Legge n. 14.132/2021, che ha

criminalizzato il reato di stalking in Brasile. Gli autori sostengono con veemenza che, nonostante il progresso legislativo di tipizzare lo stalking (Art. 147-A del Codice Penale), la legislazione presenta ancora gravi lacune, fallendo nel garantire un'adeguata protezione alle vittime e nel prevenire comportamenti reiterati. Sottolineano le devastanti conseguenze psicologiche e fisiche subite dalle vittime, evidenziando l'urgenza di sanzioni più rigorose e una più efficace applicazione della legge. L'articolo contestualizza lo stalking come una preoccupazione globale, illustrando con casi noti come quelli di Rebecca Schaeffer, Shiori Ino e, in Brasile, Ana Hickmann, che rivelano la vulnerabilità delle figure pubbliche e, soprattutto, delle donne — che rappresentano la stragrande maggioranza delle vittime, con un allarmante aumento del 34,5% dei casi registrati nel 2023. Santos e Jurubeba dettagliano le diverse tipologie di stalker, dal “pretendente incompetente” al “predatore”, con particolare attenzione al “respinto”, classificato come il più pericoloso e persistente. La fragilità dell'attuale legislazione è evidenziata dall'esitazione delle vittime nel denunciare, per paura di ritorsioni, e dalla frequenza con cui gli stalker beneficiano di pene lievi o accordi giudiziari, poiché il reato è spesso trattato come di “minore potenziale offensivo”. Questo scenario genera un senso di impunità che, secondo gli autori, può essere compreso attraverso l'analogia della “Teoria delle Finestre Rotte”, dove la mancanza di una risposta efficace a piccole infrazioni può incoraggiare crimini più gravi. L'inefficacia delle misure protettive, che sono raramente applicate in modo efficace al di fuori del contesto della Legge Maria da Penha, è un altro punto cruciale. L'articolo conclude che, sebbene la criminalizzazione dello stalking sia stata un passo importante, è fondamentale che le pene siano significativamente più severe per riflettere l'impatto reale del crimine e che ci sia un maggiore investimento nelle politiche di sicurezza pubblica, nella prevenzione della recidiva e nell'applicazione di esami criminologici per gli stalker, molti dei quali presentano disturbi psicologici che richiedono trattamento e non solo punizione.

La rilevanza della cultura e dei saperi tradizionali nella concezione dei sistemi di giustizia è il fulcro dell'articolo “Giustizia Riparativa e Popoli Indigeni: saperi tradizionali come vie per un pluralismo giuridico effettivo”, di Paulina de Oliveira Santos. L'autrice tesse un'analisi profonda su come le antiche tradizioni giuridiche indigene, focalizzate sulla riparazione del danno e sulla promozione dell'armonia sociale, siano state un'ispirazione fondamentale per la moderna Giustizia Riparativa (JR). Santos evidenzia l'ironia che, sebbene i popoli indigeni siano storicamente sovrarappresentati nei sistemi carcerari occidentali e spesso percepiscono la giustizia statale come “estranea” e “inaccessibile”, sono le loro pratiche ancestrali a offrire un modello

più umanizzato ed efficace per la pacificazione sociale. La discussione copre esempi notevoli del Canada, come la decisione della Corte Suprema nel caso *R. v. Gladue* (1999), che ha richiesto un trattamento speciale per gli autoctoni nella determinazione della pena, e i diffusamente utilizzati Circoli di Sentenza e Circoli di Cura. In Brasile, l'autrice indica il riconoscimento costituzionale delle tradizioni indigene (CF/88, Art. 231) e iniziative come la "Giustizia Riparativa Indigena", che cerca di armonizzare i sistemi di giustizia statale e indigeno, come il progetto pilota di Amambai/MS, che privilegia il coinvolgimento di facilitatori e professionisti indigeni. La Risoluzione n. 287/2019 del Consiglio Nazionale di Giustizia (CNJ) è menzionata come una pietra miliare importante nel riconoscimento dei meccanismi propri delle comunità indigene per la risoluzione dei conflitti. Tuttavia, Paulina de Oliveira Santos non si sottrae dall'affrontare le significative sfide che permeano questa intersezione, come la persistenza dei valori coloniali, la resistenza giudiziaria, la mancanza di comprensione culturale e il rischio di cooptazione della JR da parte del sistema formale, che potrebbe snaturare il suo potenziale trasformativo. Nonostante questi ostacoli, l'autrice intravede vaste opportunità, come la "southernizzazione" della Giustizia Riparativa, che implica valorizzare e integrare i saperi dei popoli emarginati, costruendo una conoscenza più simmetrica e rispettosa. L'articolo conclude che la JR, riconoscendo la jusdiversità e l'interculturalità, offre una via cruciale per ripensare il crimine e la giustizia, contribuendo alla costruzione di società più eque e armoniose, specialmente per i popoli indigeni, che da secoli insegnano il valore del rispetto reciproco e della convivenza.

Approfondendo la riflessione sul concetto stesso di reato, l'articolo "Concetto di crimine e la preoccupazione per la stigmatizzazione nell'ambito degli studi sulla giustizia riparativa", di Caio César Andrade de Almeida, Daniela Carvalho Almeida da Costa e Felipe Monteiro Batista Simões, offre una critica incisiva al mantenimento del termine "crimine" e alla rigida distinzione tra diritto civile e penale nel contesto della Giustizia Riparativa. Almeida argomenta, in modo persuasivo, che l'adesione a questa terminologia tradizionale e a questa dicotomia legale può inavvertitamente perpetuare la stigmatizzazione, uno dei problemi centrali che la Giustizia Riparativa (JR) cerca di superare. L'autore ci ricorda che la JR, nella sua essenza trasformativa, mira a restituire il protagonismo del conflitto alle parti coinvolte, privilegiando la non-stigmatizzazione, la riparazione dei danni e la costruzione dialogica di soluzioni. In questo senso, Almeida stabilisce un dialogo con le teorie critiche della Criminologia, citando autori come Vera Malaguti Batista e Alessandro Baratta, che svelano il "crimine" come un costruito sociale e politico, lontano dall'essere una realtà ontologica. Egli sottolinea che ques-

ta costruzione è intrinsecamente legata alla proprietà privata e serve come meccanismo di controllo sociale. Curiosamente, l'articolo evidenzia un'apparente contraddizione nel pensiero di Howard Zehr, uno dei massimi esponenti della JR, che, pur riconoscendo il carattere stigmatizzante del sistema penale e concordando con molte delle critiche della Criminologia Critica, difende comunque la coesistenza della giustizia riparativa con una qualche forma di giustizia criminale tradizionale, specialmente per casi considerati "efferati". Zehr giustifica la sua posizione invocando la necessità di preservare qualità come lo Stato di Diritto e l'imparzialità procedurale. Tuttavia, Almeida, approfondendo la proposta abolizionista di Louk Hulsman, che suggerisce di sostituire il termine "crimine" con "situazioni problematiche" per evitare l'alienazione e l'etichettatura, rafforza il fatto che i problemi derivanti dal mantenimento di un linguaggio stigmatizzante superano di gran lunga le preoccupazioni per la presunta "minimizzazione del danno" che la terminologia di Hulsman potrebbe comportare. L'argomentazione centrale di Almeida, quindi, è che la persistenza nell'utilizzare la parola "crimine" e nel mantenere una netta separazione tra conflitti civili e penali, quando la dinamica dei circoli riparativi è essenzialmente la stessa per entrambi, serve solo a rafforzare gli ostacoli iniziali al dialogo e alla partecipazione attiva nei processi riparativi, ostacolando così il successo nella costruzione di soluzioni pacifiche. Egli conclude che le critiche all'abbandono del termine "crimine" sono significativamente meno rilevanti dei problemi generati dalla continuità di una struttura e di un linguaggio che stigmatizzano, e che la JR deve, soprattutto, iniziare la sua trasformazione dal linguaggio.

Infine, l'articolo "Violenza ostetrica: alla ricerca di una legislazione specifica nell'ordinamento giuridico brasiliano", scritto da Camilly Gonçalves Santana Santos, Jandira Dantas dos Santos, Rina Nunes do Rosário Fonseca e Andrei Brettas Grunwald, porta una discussione cruciale sulla necessità di una legge specifica per combattere la violenza ostetrica in Brasile. Gli autori evidenziano che, sebbene il tema della violenza contro le donne sia ampiamente dibattuto, la violenza ostetrica, pur essendo allarmante, è ancora sottostimata e manca di un trattamento legislativo proprio. Lo studio rivela dati preoccupanti, come la ricerca "Nascere in Brasile" della Fiocruz, che indica che tra il 30% e il 45% delle donne assistite negli ospedali brasiliani ha già subito violenza ostetrica. La definizione presentata dagli autori è chiara: si tratta di qualsiasi pratica, intenzionale o per negligenza, che si appropria del corpo della gestante da parte di professionisti sanitari, risultando in procedure disumane, perdita di autonomia e danni fisici, mentali ed emotivi. Questa violenza si manifesta in varie forme, inclusi abusi verbali, restrizione del diritto ad avere un accompagnatore, procedure non consensuali, viola-

zione della privacy, rifiuto di somministrare analgesici e persino aggressioni fisiche e umiliazioni, come esemplificato dai casi di Keila Conceição e Liliane Ribeiro, che hanno avuto grande risonanza mediatica. Gli autori sottolineano che tali condotte violano direttamente diritti costituzionali fondamentali, come la dignità della persona umana, l'integrità fisica e psicologica, la salute e la libertà. La maggiore lacuna nell'ordinamento giuridico brasiliano è l'assenza di una legge specifica per la violenza ostetrica. Attualmente, i casi sono trattati attraverso disposizioni generali del Codice Penale (ingiuria, maltrattamenti, stupro, violenza psicologica) e del Codice Civile (danni morali), oltre a norme e direttive generiche sul parto umanizzato, come la Legge n. 11.108/2005, che garantisce il diritto ad avere un accompagnatore. Tuttavia, questo approccio frammentato si rivela insufficiente. La giurisprudenza, sebbene in crescita e sempre più sensibile al tema, riconoscendo la sofferenza fisica e i traumi psicologici e concedendo risarcimenti per danni morali ed estetici, opera ancora sulla base di interpretazioni di leggi che non sono state create specificamente per questa forma di violenza. Gli autori evidenziano che il Progetto di Legge n. 422/23, che mira a includere la violenza ostetrica nella Legge Maria da Penha, rappresenta un promettente progresso, poiché prevede la definizione del reato, politiche pubbliche, umanizzazione del parto e sanzioni. La conclusione enfatica dell'articolo è che la creazione di una legislazione specifica è di somma importanza affinché le gestanti si sentano più sicure, affinché i professionisti sanitari siano debitamente responsabili dei danni causati e per promuovere un ambiente di parto più umanizzato e rispettoso, garantendo la dignità e la voce delle donne in uno dei momenti più importanti della loro vita.

Questi articoli, nella loro diversità e complementarità, illustrano il percorso che la giustizia contemporanea deve intraprendere: un percorso di ampliamento, umanizzazione e riconoscimento delle molteplici forme di vittimizzazione. Il dialogo che emerge da queste pagine è un invito alla riflessione e all'azione, rafforzando l'impegno di Pró Vítima nella costruzione di un sistema di giustizia più giusto, equo e, soprattutto, riparatore per tutti.

**Celeste Leite dos Santos**

**Marilene Araújo**

**Vanessa Teresinha de Souza Almeida**

*Redattrici Capo*